



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 165.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/09/2024

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (VIRTUAL) DE 09/09/2024

BREVES COMUNICAÇÕES

Delegado Paulo Bilynskij (PL - SP) - O Deputado defendeu o *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes, destacando o ato de 7 de setembro na Avenida Paulista, que reuniu milhares de manifestantes pedindo sua saída. Afirmou que o pedido foi protocolado no Senado e que o apoio dos Senadores é essencial para o processo. Criticou os Senadores de São Paulo, cobrando posicionamentos firmes e alertando sobre as eleições de 2026. Anunciou, também, que os partidos estão em obstrução total no Congresso até o início do processo de *impeachment*, pedindo pressão popular sobre os Senadores para que representem a vontade do povo.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado destacou os esforços do Governo Federal no combate aos incêndios florestais, elogiando a ação rápida do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA sob as lideranças da Ministra Marina Silva e de Rodrigo Agostinho. Afirmou que muitos desses incêndios têm motivação criminosa e visam prejudicar o Governo e o meio ambiente. Também abordou o crescimento do crime organizado no Brasil, que tem se expandido em todas as regiões e até financiado campanhas eleitorais. Defendeu uma ação coordenada entre o Governo Federal, Estados e Municípios para combater essa ameaça e garantir a segurança da população.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado criticou a tentativa de homenagear o MST durante o desfile de 7 de Setembro em Brasília (DF), apontando a ausência de apoio popular ao Governo Federal. Em contrapartida, destacou a grande manifestação na Avenida Paulista em São Paulo (SP), onde cidadãos pediram o *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes, reforçando o uso do *impeachment* como um instrumento democrático. Abordou, também, sua preocupação com o acordo sobre o decreto de armas editado pelo Governo Lula, que teria sido quebrado. Defendeu o direito dos atiradores desportivos e indicou que solicitará esclarecimentos ao Ministro da Justiça sobre o descumprimento do acordo.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado criticou a alteração no funcionamento da Câmara dos Deputados durante os meses de agosto e setembro devido às eleições municipais. Além disso, destacou o pedido de *impeachment* contra o Ministro Alexandre de Moraes, assinado por 152 Deputados e 32 Senadores. Pediu que os Senadores do Rio de Janeiro também se posicionem favoravelmente ao *impeachment*, como fez Santa Catarina. Comparou a liberdade de expressão nos Estados Unidos com o que chamou de censura no Brasil, apontando um desequilíbrio entre os Poderes. Por fim, afirmou que o pedido de *impeachment* é um reflexo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 165.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/09/2024

da vontade popular e criticou a postura do Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, por tratar o pedido como um ato político.

Mario Frias (PL - SP) - O Deputado destacou o desequilíbrio entre os Poderes no Brasil, que, segundo ele, prejudica a todos e pode afetar a vida dos cidadãos. Ressaltou a importância do pedido de *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes, apresentado no Senado, e fez um apelo para que a população pressione os Senadores de seus Estados. Criticou a resposta do Senador Rodrigo Pacheco e classificou o atual momento como uma “ditadura”. Enfatizou, ainda, a necessidade de eleger representantes comprometidos com a democracia nas próximas eleições municipais e reforçou o papel dos cidadãos na defesa de seus direitos.

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado elogiou a rápida resposta do Presidente Lula às denúncias de importunação sexual no Governo, destacando a exoneração do Ministro acusado e a atuação da Polícia Federal. Criticou o pedido de *impeachment* contra o Ministro Alexandre de Moraes, afirmando que a ação é uma tentativa de desmoralizar o STF por sua defesa da democracia durante os eventos de 8 de janeiro. Comemorou, também, a aprovação do Fundo Garantidor de Operações, que assegura crédito aos pequenos agricultores, destacando a importância dessa medida para a produção de alimentos e a redução da fome no Brasil.

Capitão Alden (PL - BA) - O Deputado criticou o STF, especialmente o Ministro Alexandre de Moraes, acusando-o de abusar de seus poderes e emitir ordens injustas sem ser questionado. Defendeu o pedido de *impeachment* contra Moraes, sugerindo que, se um Ministro for julgado por crime de responsabilidade, os demais que apoiam suas decisões também deveriam ser. Afirmou que o Senado e a Câmara precisam agir com coragem para restaurar a confiança do povo, que vê o Congresso como “casa de covardes”. Também comparou a atuação do STF contra opositores políticos à falta de ações efetivas contra criminosos e traficantes, pedindo uma postura mais firme do tribunal contra o crime organizado.

Coronel Ulysses (UNIÃO - AC) - O Deputado explicou por que assinou o pedido de *impeachment* contra o Ministro Alexandre de Moraes, citando os crimes de responsabilidade descritos no artigo 39 da Lei nº 1.079, de 1950, como suspeição em julgamento, atividades político-partidárias e condutas incompatíveis com o decoro do cargo. Destacou a utilização abusiva da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação do TSE para monitorar adversários políticos e argumentou que Moraes se colocou na condição de vítima, investigador e julgador nos processos sobre o ataque em Brasília, comprometendo a imparcialidade. Apелou ao Senado para que tenha coragem de enfrentar o Ministro e restaurar a democracia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 165.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/09/2024

Daniel Almeida (PCdoB - BA) - O Deputado criticou a tentativa de *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes, afirmando que a medida é antidemocrática e não possui fundamentos legais. Destacou que o Ministro assegurou a legitimidade das últimas eleições e que o pedido de *impeachment* ficará "no fundo de uma gaveta". Elogiou o crescimento econômico do Brasil, a redução do desemprego e o aumento do consumo das famílias, atribuindo esses resultados às políticas públicas do atual Governo. Defendeu que o processo democrático no Brasil está se fortalecendo e continuará a produzir bons resultados para a população.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou o Governo do Estado da Paraíba, sob gestão do PSB, por perseguir policiais devido à falta de efetivo, inclusive em casos de atestado médico e doação de sangue. Denunciou a pressão imposta aos policiais militares e lamentou a falta de respeito com os servidores públicos, mencionando que a Paraíba paga o pior salário do País aos policiais e desrespeita os aposentados. Prometeu continuar defendendo os policiais, bombeiros militares e toda a segurança pública.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado abordou a importância de respeitar a Constituição e condenou abusos de poder nas esferas do Judiciário, Legislativo e Executivo, afirmando que tais abusos enfraquecem a democracia. Elogiou a rápida decisão do Presidente Lula de exonerar o Ministro dos Direitos Humanos, Silvano Almeida, diante de denúncias, e celebrou a escolha de Macaé Evaristo como nova Ministra dos Direitos Humanos, destacando sua trajetória na luta antirracista. Ressaltou a necessidade de pautas como a dignidade das mulheres, o combate ao racismo estrutural e políticas penitenciárias transparentes, além de criticar práticas não republicanas nos bastidores políticos e enfatizar a importância de todos estarem sujeitos à lei e aos valores republicanos.

Alfredo Gaspar (UNIÃO - AL) - O Deputado criticou o Governo Lula, acusando-o de ter mantido um Ministro dos Direitos Humanos que ele chamou de "tarado" e que teria cometido assédio contra diversas mulheres. Destacou que o Governo só agiu após o caso ser exposto pela imprensa, criticando a suposta inação de Lula e da esquerda em condenar os atos do ex-Ministro. Também denunciou a falta de um plano sério de segurança pública por parte do Governo, mencionando o avanço do crime organizado nas penitenciárias brasileiras e sua ameaça crescente em países vizinhos. Por fim, pediu ao Presidente da Câmara, Arthur Lira, a criação de uma CPI do Crime Organizado para investigar essas questões.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou o STF e o Governo Lula, pedindo que o Congresso não vote em nenhuma matéria até que o Ministro Alexandre de Moraes sofra *impeachment*, acusando-o de desrespeitar a Constituição. Atacou, também, o ex-Ministro dos Direitos Humanos, referindo-se a ele de forma ofensiva, e criticou a esquerda por não denunciar as acusações de assédio contra o ex-Ministro,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 165.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/09/2024

chamando-os de hipócritas. Concluiu destacando a necessidade de maior transparência e honestidade na classe política.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado denunciou as ações do Ministro Alexandre de Moraes, acusando-o de atacar a democracia brasileira e violar direitos fundamentais. Destacou que 153 Deputados Federais assinaram o pedido de *impeachment*, que foi protocolado no Senado. Pediu aos Senadores que ajam para proteger a democracia e conclamou ao *impeachment* imediato de Moraes.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado apresentou Matheus Porto, jovem conservador de Imperatriz, Maranhão, destacando a importância de envolver os jovens na política. Criticou o Governo Lula, especialmente pela demora em exonerar um Ministro que, segundo ele, cometeu assédio durante uma reunião ministerial. Afirmou que a situação é um reflexo de uma crise moral e pediu que esse episódio servisse de lição para evitar comportamentos semelhantes no futuro.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado fez uma série de críticas ao Governo atual e ao STF, destacando que, enquanto o STF tomou ações contra o ex-Presidente Bolsonaro, não fez o mesmo em relação ao Governo atual. Questionou a verdadeira natureza da democracia no Brasil, apontando a falta de respostas do STF às denúncias contra o Ministro Silvano Almeida e levantando uma série de acusações contra o Ministro Alexandre de Moraes, como abusos de poder e violações de direitos. Comparou a atual situação do Brasil a regimes autoritários e afirmou que a Esquerda, que antes criticava Moraes, agora o apoia como seu "ditador favorito". Concluiu com a esperança de que um dia a situação política melhore para o povo brasileiro.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado manifestou sua insatisfação com o possível descumprimento de um acordo relacionado ao projeto de decreto legislativo sobre a posse de armas de fogo. Afirmou que o Governo, temendo uma derrota no Senado, fez um compromisso por meio do Senador Jaques Wagner, prometendo não implementar restrições severas aos clubes de tiro. Ressaltou, no entanto, que há rumores de que o Governo pretende emitir um decreto que afetaria o funcionamento desses clubes. Expressou receio de que o Governo não cumpra o acordo, acusando-o de desonrar os compromissos assumidos e de ser influenciado por grupos desarmamentistas. Afirmou a necessidade de que o Governo honre sua palavra para não desmoralizar os Parlamentares e preservar os direitos dos cidadãos.

Zucco (PL - RS) - O Deputado criticou o Governo Federal, chamando-o de desastroso e acusando-o de ser responsável por uma série de escândalos. Questionou a indicação do ex-Ministro dos Direitos Humanos à ONU e destacou a hipocrisia da mídia e de artistas no trato com as queimadas na Amazônia e no Pantanal,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 165.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/09/2024

além de mencionar o silêncio sobre feminicídios e mortes de ianomâmis. Também criticou o Ministro Paulo Pimenta pela gestão ineficaz dos desastres no Rio Grande do Sul e cobrou esclarecimentos sobre a suspensão das licitações da SECOM. Por fim, defendeu o *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes, que conta com o apoio de Parlamentares e da população.

General Girão (PL - RN) - O Deputado criticou o Governo Federal, acusando-o de ter realizado o mais caro e vazio desfile de 7 de Setembro da história, com um Presidente que estava desconectado do povo. Mencionou que o Governo tentou incluir o MST no desfile e desafiou a atuação dos militares diante da possibilidade da participação do grupo terrorista no evento. Também alegou que o atual Governo apoia atos antidemocráticos e criticou a segurança das urnas eletrônicas, sugerindo que a falta de melhorias no sistema eleitoral compromete a transparência das eleições. Finalizou destacando manifestações em várias cidades que reafirmaram o compromisso com a liberdade e a pátria.

Danilo Forte (UNIÃO - CE) - O Deputado expressou preocupação com o clima de violência durante as eleições no Ceará. Relatou um incêndio criminoso em Tejuçuoca (CE), onde veículos da Prefeitura foram destruídos após um evento em apoio à reeleição do Prefeito Britinho. Também denunciou ameaças contra as candidatas à Prefeitura Municipal de Sobral (CE) e Caucaia (CE), atribuídas a facções que estão controlando campanhas eleitorais em áreas do Estado. Ao concluir, pediu apoio do Ministério da Justiça para enviar a Força Nacional ao Ceará, a fim de garantir a segurança do processo eleitoral e proteger a liberdade de escolha.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado condenou os atos de vandalismo ocorridos nas sedes dos Três Poderes, enfatizando que foram promovidos por bandidos ligados à extrema direita, que buscavam anular o resultado eleitoral e reinstaurar Jair Bolsonaro. Destacou a destruição de patrimônio público, incluindo a depredação de obras de arte e a invasão do plenário da Câmara dos Deputados, criticando qualquer tentativa de anistia aos envolvidos no caso. Ressaltou que anistiar esses atos seria endossar a impunidade e a anarquia, além de desrespeitar o Parlamento e o Estado Democrático de Direito.

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado criticou o atual Governo, acusando-o de falhar em suas promessas e de ser responsável por recordes negativos em desmatamento, mortes de indígenas e dengue, além de aumentar a criminalidade e reduzir investimentos internacionais. Reprovou também a atuação do Secretário de Comunicação e destacou uma grave acusação contra o Ministro dos Direitos Humanos, que enfrenta denúncias de assédio sexual. Manifestou sua indignação com o esvaziamento do desfile de 7 de Setembro em Brasília (DF) e exaltou as manifestações populares em outras cidades, especialmente em São Paulo (SP).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 165.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/09/2024

Finalizou anunciando o maior pedido de *impeachment* de um Ministro do STF na história e pediu mobilização para enfrentar o que chamou de ditadura da toga de Alexandre de Moraes.

Messias Donato (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado pediu aos brasileiros que não desistam do País. Destacou a ausência de apoio ao Presidente Lula nas comemorações de 7 de Setembro em Brasília (DF), contrastando com a grande presença de manifestantes na Avenida Paulista em São Paulo (SP). Além disso, reprovou a atuação do Ministro Alexandre de Moraes e a comparou a um regime autoritário, anunciando que mais de 153 Deputados Federais e 33 Senadores assinaram um pedido de *impeachment* contra ele, representando 18 milhões de brasileiros. Pediu orações e apoio para o Congresso e ressaltou a diferença entre o Brasil que respeita a lei e o que tenta implantar um controle comunista.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada destacou a recuperação econômica do Brasil, com crescimento do PIB e aumento de investimentos. Criticou a defesa de anistia por parte da extrema direita aos envolvidos nos ataques às sedes dos Três Poderes, afirmando que houve financiamento e planejamento golpista. Comparou a postura do Presidente Lula diante de denúncias de assédio no Ministério dos Direitos Humanos, reafirmando o compromisso com a democracia; com a de Bolsonaro, que minimizou acusações contra o então Presidente da Caixa Econômica Federal. Reforçou que a democracia deve ser preservada e que não pode haver impunidade para golpistas.

Luiz Carlos Hauly (PODE - PR) - O Deputado criticou o Banco Central pelas discussões sobre o aumento da taxa de juros no Brasil. Considerou inadmissível que o País continue entre os líderes mundiais com as maiores taxas de juros reais, o que penaliza o orçamento público e a economia familiar e empresarial. Apontou que a especulação financeira é a única beneficiada por essa política, reforçando que o próximo Presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, deve priorizar os interesses da Nação ao invés do mercado. Concluiu afirmando que o Congresso estará atento a essa questão.

Allan Garcês (PP - MA) - O Deputado criticou o Ministro Alexandre de Moraes, acusando-o de violar direitos constitucionais e humanos, e de abusar de suas atribuições. Citou uma série de acusações contra Moraes, incluindo desrespeito ao devido processo legal, abuso de poder ao legislar sobre temas como aborto e drogas, e negligência no caso da morte de Clezão. Também mencionou o desrespeito a pareceres da PGR e o uso indevido de recursos tecnológicos para perseguir opositores. Por fim, apelou ao Congresso para cobrar ações do Senado e combater a chamada ditadura da toga.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 165.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/09/2024

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado elogiou os avanços do País sob a administração do Presidente Lula, destacando a queda do desemprego, a inflação controlada e o retorno dos investimentos em infraestrutura, saúde e educação. Afirmou que o Brasil está vivendo um período democrático e ressaltou a importância das eleições municipais, mencionando três mulheres que lideram campanhas para Prefeituras na Bahia, prometendo melhorias significativas para suas cidades. Criticou opositores que se concentram em críticas infundadas e propagam *fake news* em vez de reconhecer as mudanças positivas promovidas pelo Governo atual. Concluiu destacando o lema de "União e reconstrução" como um reflexo do progresso em curso.

Messias Donato (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado criticou o ex-Ministro dos Direitos Humanos, acusado de importunação sexual por várias mulheres, incluindo uma denúncia grave de assédio. Questionou a ausência de uma condenação pública por parte da Esquerda e do Presidente Lula, que, segundo reportagens, já teria conhecimento do caso há dois meses. Expressou indignação com a falta de ação imediata e pediu que a Esquerda se posicionasse de forma firme contra os atos do ex-Ministro, defendendo as vítimas e a integridade das instituições.

Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP) - A Deputada criticou o Prefeito Ricardo Nunes por não adotar medidas para enfrentar a emergência climática em São Paulo, que enfrenta níveis alarmantes de poluição do ar. Também denunciou a imposição de taxas sobre aposentados e pensionistas, e a proibição para que servidores em estágio probatório participem de concursos de remoção, o que dificulta o deslocamento dos profissionais de educação. Afirmou que essas políticas contribuem para a deterioração da qualidade de vida na cidade e carecem de justificativa.

José Rocha (UNIÃO - BA) - O Deputado relatou suas recentes visitas a Municípios da Bahia, destacando o entusiasmo local com as candidaturas apoiadas por ele para as eleições municipais. Em Jussiapé (BA), expressou confiança na eleição do candidato a Prefeito Robertão, apoiado pelo atual Prefeito Dr. Éder. Em Rio de Contas, vislumbrou a vitória do candidato Célio. Em Livramento de Nossa Senhora (BA), evidenciou a forte adesão ao Prefeito Ricardinho e à candidata Joanina. Encerrou manifestando satisfação com o engajamento dos eleitores nesses Municípios.

Fernanda Pessoa (UNIÃO - CE) - A Deputada celebrou os 85 anos do Grupo J.Macêdo, destacando sua trajetória de sucesso e inovação no setor alimentício. Ressaltou que a empresa, conhecida por marcas como Dona Benta e Petybon, conquistou a confiança dos brasileiros e se firmou como uma potência nacional. Reconheceu a visão do fundador, Sr. José Dias de Macêdo, e parabenizou seus filhos Amarílio Macêdo e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 165.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/09/2024

Roberto Macêdo, que continuam o legado da empresa. Ao encerrar, expressou votos de sucesso contínuo ao grupo.

Leonardo Gadelha (PODE - PB) - O Deputado expressou sua preocupação com o desinteresse da sociedade brasileira pelo processo político-eleitoral. Destacou que mudanças constantes nas regras eleitorais transformaram as campanhas em algo quase secreto e silente. Defendeu a necessidade de reverter essa situação por meio de um exame de consciência e de revisão de normas, como a redução do tempo de campanha, para revitalizar o interesse e a participação cidadã. Ressaltou que a interação direta entre eleitores e candidatos é crucial e deve ser preservada para reengajar a população na democracia.

Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP) - A Deputada pediu o descongelamento de 583 dias de progressão de carreira dos servidores públicos. Informou que esses profissionais desempenharam papel essencial no enfrentamento da crise, garantindo serviços fundamentais, muitas vezes com recursos próprios. Portanto, defendeu o Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2023, que altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, para contagem do tempo de período aquisitivo de anuênios, triênios, quinquênios, sexta-parte, licença-prêmio e demais mecanismos equivalentes, durante período de enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).

Alfredo Gaspar (UNIÃO - AL) - O Deputado fez críticas ao Governo Lula, destacando o impacto das queimadas no Brasil. Ironizou o fato de que 60% do País estariam cobertos por fumaça sem grande repercussão pública. Também mencionou que São Paulo (SP) alcançou a pior qualidade do ar entre 120 metrópoles globais, atribuindo o recorde ao Governo atual.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado criticou a decisão do STF que obriga instituições financeiras a fornecer dados de transações bancárias via Pix, cartão de crédito e débito para Governos Estaduais. Destacou que a medida representa uma violação ao sigilo bancário e uma ameaça à liberdade dos brasileiros. Também mencionou o Governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, associando-o à iniciativa e apontando que essa ação prejudica a credibilidade do País. Alertou sobre as consequências futuras da medida e criticou o apoio do Governador ao Governo Federal.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado defendeu o *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes no Senado, com o apoio de mais de 150 Deputados e 32 Senadores. Criticou o que chamou de abusos de autoridade e afirmou que o Congresso estaria subordinado ao Supremo Tribunal Federal. Também mencionou as manifestações do dia 7 de setembro, destacando o pedido popular pelo fim da censura. Além disso,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 165.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/09/2024

criticou o Governo Lula pelo caso de assédio envolvendo o ex-Ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, e questionou o silêncio de parlamentares sobre o tema.

Rosângela Moro (UNIÃO - SP) - A Deputada criticou a decisão de bloquear o acesso de mais de 20 milhões de brasileiros ao X (antigo Twitter), destacando que a rede social é essencial para acompanhar acontecimentos nacionais e internacionais, como as violações de direitos humanos na Venezuela sob Nicolás Maduro. Também se solidarizou com as mulheres vítimas de assédio no Governo, mencionando o recente caso envolvendo o ex-Ministro dos Direitos Humanos. Destacou a importância de ouvir as vítimas e criticou a postura do Governo, que já sabia dos casos e foi conivente com a situação.

Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP) - A Deputada defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia. Destacou a gravidade da doença como uma questão de saúde pública e reforçou o apoio do PSOL ao projeto. Pediu aos colegas que votassem favoravelmente à proposta, ressaltando a importância de ampliar os direitos das pessoas com fibromialgia.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada expressou suas condolências à família de Rodrigo Roriz Macedo, servidor da Consultoria Orçamentária da Câmara, que faleceu recentemente. Além disso, criticou as comemorações do 7 de Setembro em Brasília (DF), classificando-as como um "fiasco" devido à baixa participação popular. Comparou o evento com a manifestação na Avenida Paulista em São Paulo (SP), que reuniu diversas pessoas em defesa da liberdade. Também criticou o Ministro Alexandre de Moraes, acusando-o de abusos de autoridade, e questionou o silêncio dos demais Ministros do STF diante dessas ações, pedindo que se posicionem.

ORDEM DO DIA

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 1.847, de 2024, que estabelece regime de transição para a contribuição substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e para o adicional sobre a Cofins-Importação previsto no § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.779, de 25 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.988, de 14 de abril de 2020; e revoga dispositivos dos Decretos-Lei nºs 1.737, de 20 de dezembro de 1979, e 2.323, de 26 de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 165.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/09/2024

fevereiro de 1987, e das Leis nºs 9.703, de 17 de novembro de 1998, e 11.343, de 23 de agosto de 2006, e a Lei nº 12.099, de 27 de novembro de 2009.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 1.847, de 2024, que estabelece regime de transição para a contribuição substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e para o adicional sobre a Cofins-Importação previsto no § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.779, de 25 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.988, de 14 de abril de 2020; e revoga dispositivos dos Decretos-Lei nºs 1.737, de 20 de dezembro de 1979, e 2.323, de 26 de fevereiro de 1987, e das Leis nºs 9.703, de 17 de novembro de 1998, e 11.343, de 23 de agosto de 2006, e a Lei nº 12.099, de 27 de novembro de 2009.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 1.847, de 2024, que estabelece regime de transição para a contribuição substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e para o adicional sobre a Cofins-Importação previsto no § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.779, de 25 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.988, de 14 de abril de 2020; e revoga dispositivos dos Decretos-Lei nºs 1.737, de 20 de dezembro de 1979, e 2.323, de 26 de fevereiro de 1987, e das Leis nºs 9.703, de 17 de novembro de 1998, e 11.343, de 23 de agosto de 2006, e a Lei nº 12.099, de 27 de novembro de 2009.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 1.847, de 2024, que estabelece regime de transição para a contribuição substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e para o adicional sobre a Cofins-Importação previsto no § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.779, de 25 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.988, de 14 de abril de 2020; e revoga dispositivos dos Decretos-Lei nºs 1.737, de 20 de dezembro de 1979, e 2.323, de 26 de fevereiro de 1987, e das Leis nºs 9.703, de 17 de novembro de 1998, e 11.343, de 23 de agosto de 2006, e a Lei nº 12.099, de 27 de novembro de 2009.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 165.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/09/2024

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 1.847, de 2024, que estabelece regime de transição para a contribuição substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e para o adicional sobre a Cofins-Importação previsto no § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.779, de 25 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.988, de 14 de abril de 2020; e revoga dispositivos dos Decretos-Lei nºs 1.737, de 20 de dezembro de 1979, e 2.323, de 26 de fevereiro de 1987, e das Leis nºs 9.703, de 17 de novembro de 1998, e 11.343, de 23 de agosto de 2006, e a Lei nº 12.099, de 27 de novembro de 2009.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 1.847, de 2024, que estabelece regime de transição para a contribuição substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e para o adicional sobre a Cofins-Importação previsto no § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.779, de 25 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.988, de 14 de abril de 2020; e revoga dispositivos dos Decretos-Lei nºs 1.737, de 20 de dezembro de 1979, e 2.323, de 26 de fevereiro de 1987, e das Leis nºs 9.703, de 17 de novembro de 1998, e 11.343, de 23 de agosto de 2006, e a Lei nº 12.099, de 27 de novembro de 2009.

Eduardo Bismarck (PDT - CE) - O Deputado anunciou o envio de um ofício ao Ministro Herman Benjamin, Presidente do Conselho Federal de Justiça, solicitando que o CNJ revise a tabela de honorários dos médicos peritos, que não recebe reajuste desde 2014. Destacou a importância desses profissionais, que auxiliam a população que busca o INSS e enfrenta dificuldades para receber benefícios, sendo muitas vezes o único apoio de quem não pode contratar advogados. Reafirmou seu compromisso com os médicos peritos e com a luta pela atualização dos honorários, pedindo que o CNJ agilize essa revisão.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada defendeu a obstrução na votação do requerimento de urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 1.847, de 2024, que estabelece regime de transição para a contribuição substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e para o adicional sobre a Cofins-Importação previsto no § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.779, de 25 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 13.988, de 14 de abril de 2020; e revoga dispositivos dos Decretos-Lei nºs 1.737, de 20 de dezembro de 1979, e 2.323, de 26 de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 165.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/09/2024

fevereiro de 1987, e das Leis nºs 9.703, de 17 de novembro de 1998, e 11.343, de 23 de agosto de 2006, e a Lei nº 12.099, de 27 de novembro de 2009.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para a apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 121, de 2024, que institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), destinado a promover a revisão dos termos das dívidas dos Estados e do Distrito Federal com a União firmadas no âmbito das Leis nºs 8.727, de 5 de novembro de 1993, e 9.496, de 11 de setembro de 1997, das Leis Complementares nºs 159, de 19 de maio de 2017, 178, de 13 de janeiro de 2021, e 201, de 24 de outubro de 2023, e da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, e prevê instituição de fundo de equalização federativa.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 121, de 2024, que institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), destinado a promover a revisão dos termos das dívidas dos Estados e do Distrito Federal com a União firmadas no âmbito das Leis nºs 8.727, de 5 de novembro de 1993, e 9.496, de 11 de setembro de 1997, das Leis Complementares nºs 159, de 19 de maio de 2017, 178, de 13 de janeiro de 2021, e 201, de 24 de outubro de 2023, e da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, e prevê instituição de fundo de equalização federativa. Ademais, criticou a Oposição por orientar pela obstrução, retardando a apreciação de proposição que permite a renegociação das dívidas dos Estados, muitos deles administrados por Governadores da Oposição.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 121, de 2024, que institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), destinado a promover a revisão dos termos das dívidas dos Estados e do Distrito Federal com a União firmadas no âmbito das Leis nºs 8.727, de 5 de novembro de 1993, e 9.496, de 11 de setembro de 1997, das Leis Complementares nºs 159, de 19 de maio de 2017, 178, de 13 de janeiro de 2021, e 201, de 24 de outubro de 2023, e da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, e prevê instituição de fundo de equalização federativa. Ademais, elogiou a iniciativa do Presidente Lula de renegociar as dívidas dos Estados e criticou a Oposição por dificultar a apreciação de uma proposição que beneficia Estados e Municípios em dívida com a União.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 121, de 2024, que institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), destinado a promover a revisão dos termos das dívidas dos Estados e do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 165.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/09/2024

Distrito Federal com a União firmadas no âmbito das Leis nºs 8.727, de 5 de novembro de 1993, e 9.496, de 11 de setembro de 1997, das Leis Complementares nºs 159, de 19 de maio de 2017, 178, de 13 de janeiro de 2021, e 201, de 24 de outubro de 2023, e da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, e prevê instituição de fundo de equalização federativa. Ademais, protestou contra o cerceamento da liberdade de expressão dos brasileiros, criticando o Governo Federal.

Josenildo (PDT - AP) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia. Ademais, protestou contra a censura no Brasil, o ataque à liberdade de expressão sob o pretexto de combater *fake news* e discursos de ódio e o bloqueio judicial da plataforma digital "X". Adicionalmente, criticou o Presidente Lula por sua aproximação com regimes autoritários e por seu apoio ao Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. Além disso, apoiou as manifestações públicas durante as comemorações pelo Dia da Independência em defesa do *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes. Por fim, defendeu a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o abuso de autoridade cometido pelo STF e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Josenildo (PDT - AP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia.

Daniel Almeida (PCdoB - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia. Ademais, argumentou que a sociedade defende o respeito às instituições, à soberania do voto e às decisões democráticas ao contrário do entendimento de alguns sobre o que seja democracia.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 165.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/09/2024

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia. Ademais, criticou a obstrução da Oposição por defender o direito de disseminar *fake news* e o uso do poder econômico para atacar autoridades e instituições como o Poder Judiciário. Além disso, acusou a Oposição de sustentar a liberdade para violar a lei e tentar desestabilizar o Estado Democrático de Direito, lembrando os atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. Por fim, proclamou que o Estado Democrático prevalecerá e que os pacientes com fibromialgia não serão prejudicados.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia. Ademais, criticou o Governo Federal e a Esquerda por se omitirem em relação à importunação sexual praticada pelo ex-Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania. Além disso, esclareceu que a Oposição está em obstrução em defesa da liberdade de expressão e do *impeachment* do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia. Ademais, criticou o Presidente Lula e o Governo Federal pela omissão em relação à importunação sexual praticada pelo ex-Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania. Além disso, defendeu a obstrução parlamentar da Oposição em prol da liberdade de imprensa e das prerrogativas do Parlamento.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia. Ademais, defendeu a apensação à proposição do Projeto de Lei nº 598, de 2023, que classifica a fibromialgia como deficiência para todos os fins legais e dispõe sobre o tratamento da doença fornecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, criticou a obstrução parlamentar da Oposição em razão de prejudicar os pacientes que sofrem de fibromialgia e que necessitam da assistência do SUS.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia. Ademais, criticou o Presidente Lula e o Governo Federal pela demora em tomar providências contra o assédio sexual praticado pelo ex-Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania contra a Ministra de Estado da Igualdade Racial, Anielle Franco. Adicionalmente, sustentou que os direitos humanos devem valer para todos e condenou o silêncio das



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 165.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/09/2024

Deputadas que só recriminam assediadores da Direita. Além disso, manifestou-se favoravelmente à proposição em apreciação, mas defendeu a obstrução parlamentar da Oposição.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia. Ademais, criticou o Presidente Lula pela demora em tomar providências sobre o assédio sexual praticado pelo ex-Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania contra a Ministra da Igualdade Racial. Além disso, condenou a política externa do Presidente Lula em relação ao autoritarismo do Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, e aos ataques sofridos por mulheres israelenses perpetrados pelo Hamas. Por último, defendeu a obstrução parlamentar da Oposição em protesto contra o Governo Federal e o autoritarismo do Poder Judiciário, não obstante o mérito da proposição em apreciação.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia. Ademais, criticou o Governo Federal e o Presidente Lula pela subserviência às ações do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. Além disso, denunciou os ataques à democracia por meio da prisão de jornalistas, da censura e do bloqueio à plataforma digital "X". Adicionalmente, condenou os Deputados que permanecem em silêncio diante dos abusos de autoridade praticados pelo referido Ministro. Por último, defendeu o *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes, solicitando o apoio dos Senadores e dos Deputados Federais.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia. Ademais, justificou a obstrução parlamentar da Oposição diante dos abusos de autoridade e ilegalidades praticados pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, especialmente em relação aos acontecimentos do dia 8 de janeiro de 2023. Além disso, citou artigo da *Folha de São Paulo* para denunciar a perseguição política promovida pelo referido Ministro. Adicionalmente, condenou a censura e o bloqueio da plataforma digital "X". Por último, criticou a omissão do Senado em relação ao pedido de *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes e da Câmara dos Deputados em relação ao requerimento para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o abuso de autoridade do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado defendeu a votação do Projeto de lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia. Criticou a falta de sensibilidade dos Governos anteriores à fome no Brasil e destacou que o Governo Lula está tirando milhões da miséria. Além



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 165.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/09/2024

disso, argumentou em favor de uma resposta rigorosa contra aqueles que atacaram a democracia, destruindo o Supremo Tribunal Federal e invadindo prédios públicos.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do Requerimento de adiamento da votação do Projeto de lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Requerimento de adiamento da votação do Projeto de lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Requerimento de adiamento da votação do Projeto de lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia. Também defendeu o *impeachment* do Ministro do Supremo Federal, Alexandre de Moraes.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do Requerimento de adiamento da votação do Projeto de lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado defendeu a votação do Projeto de lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia. Também defendeu o *impeachment* do Ministro do Supremo Federal, Alexandre de Moraes.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia.

Josenildo (PDT - AP) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 165.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/09/2024

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia. Além disso, criticou o pronunciamento do Deputado Jorge Solla, afirmando que quem defende os milionários é o Governo Lula, citando acordos com bilionários envolvidos na Lava Jato.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia. Além disso, criticou o Governo anterior por colocar o Brasil em crises de fome, desemprego e baixa vacinação, destacando que o Governo Lula reverteu essas situações. Acusou ainda os adversários de priorizar lucros de bilionários e de negligenciar políticas públicas e o SUS.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia. Além disso, criticou o Governo Lula, afirmando que, em vez de cumprir a promessa de acabar com a fome, promove invasões de supermercados. Por fim, defendeu o impeachment do Ministro Alexandre de Moraes.

Capitão Alden (PL - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia. Além disso, criticou o Governo por acusar a oposição de não defender a democracia, citando a remoção da plataforma "X" por se opor à exclusão de postagens antidemocráticas e *fake news*.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia. Além disso, criticou o Governo atual, repetindo uma frase atribuída à Mão Santa de que o PT alterna entre mentir e roubar. Questionou a promessa de combate à fome após 20 anos no poder e ironizou a falta da "picanha" prometida.

Mario Frias (PL - SP) - O Deputado criticou o atual Governo e defendeu o legado do ex-Presidente Jair Bolsonaro, afirmando que foi o Governo Bolsonaro o responsável pela compra de todas as vacinas distribuídas à população. Destacou que, ao contrário do Governo atual, que busca a obrigatoriedade da vacinação, Bolsonaro defende a liberdade de escolha dos cidadãos sobre a imunização.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia. Em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 165.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/09/2024

seguida, destacou que o Governo tem sido eficaz em suas ações, mencionando a retirada de quase 25 milhões de pessoas da fome e a geração de emprego relacionada ao Cadastro Único. Enfatizou também a diminuição da inflação, o compromisso com a democracia e a postura do Governo contra ações golpistas. Além disso, ressaltou a resposta imediata do Governo ao demitir uma pessoa acusada de assédio, reforçando seu compromisso com a ética e a justiça.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado rebateu as acusações do Deputado Jorge Solla, do Partido dos Trabalhadores (PT), que afirmou que o Partido Liberal (PL) estaria defendendo milionários. Destacou que Solla possui um patrimônio de 902 mil reais, além de investimentos em grandes instituições financeiras. Mencionou também o patrimônio do Presidente Lula, afirmando que ele possuiria 7,4 milhões de reais, e ironizando o fato de Lula ser defendido como "pai dos pobres".

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada criticou a Esquerda e defendeu a obstrução do Partido Liberal (PL) como uma forma de combater as mentiras e as ações que, segundo ela, impedem o desenvolvimento do Brasil. Destacou a importância do Projeto de Lei nº 3.010, de 2019, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia. Em seguida, apontou questões como: censura, prisões políticas e supostas omissões do Governo em relação a escândalos sexuais envolvendo Ministros. Afirmou que o Governo não se preocupa verdadeiramente com as minorias e criticou o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, defendendo seu *impeachment* e incentivando a mobilização popular.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado criticou a nomeação de Macaé Evaristo como Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania no Governo de Lula, afirmando que ela estaria enfrentando acusações de superfaturamento de R\$ 6,5 milhões em uniformes escolares. Mencionou que Macaé Evaristo teria sido acionada judicialmente por práticas semelhantes quando atuou como Secretária de Educação em Minas Gerais, sob a gestão do ex-Governador Fernando Pimentel, e também em Belo Horizonte (MG), na gestão do Prefeito Marcio Lacerda, o que refletiria negativamente no atual Governo.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado destacou o crescimento econômico do Brasil, com o Produto Interno Bruto (PIB) crescendo 1,4% no segundo trimestre de 2024, apesar das previsões mais modestas. Afirmou que o Governo Lula está implementando políticas que beneficiam a população, gerando empregos formais e elevando o salário mínimo, além de estimular o consumo e a produção industrial. Criticou a política de juros altos e defendeu a substituição da liderança atual do Banco Central. Por fim, enfatizou que o Brasil está recuperando sua posição internacional e distribuindo renda, e que o País precisa continuar com essas políticas para garantir o crescimento sustentável e a melhora das condições de vida da população.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 165.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/09/2024

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado criticou a postura do Supremo Tribunal Federal (STF) e a Esquerda Política em relação à liberdade de expressão, destacando o bloqueio do acesso à rede social X (antigo Twitter) no Brasil. Afirmou que a medida afeta 22 milhões de brasileiros, independentemente de sua posição política, e comparou o Brasil a países como Rússia, China e Irã, onde plataformas similares também são restritas. Enfatizou a importância da liberdade, classificando-a como um direito fundamental tão valioso quanto a própria vida, e fez um apelo pelo *impeachment* do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado agradeceu pela publicação da Resolução nº 5.172, de 9 de setembro de 2024, do Conselho Monetário Nacional (CNM). Destacou que essa medida beneficia os agricultores do Estado do Rio Grande do Sul afetados pelas enchentes, incluindo aqueles que não tinham crédito oficial, mas que recorreram a cooperativas e cerealistas. Concluiu ressaltando a importância das negociações com o Governo e entidades, e elogiando a sensibilidade do Governo Lula em atender a essas demandas.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada homenageou os profissionais de educação física pelo Dia do Profissional de Educação Física, celebrado em 1º de setembro, destacando sua importância para a saúde e bem-estar da sociedade. Ressaltou o papel desses profissionais em diversas áreas, como ensino, treinamento esportivo e acompanhamento de grupos especiais, além de promoverem valores como disciplina e trabalho em equipe. Também elogiou a regulamentação da profissão, que garante a qualificação e registro da categoria, e agradeceu pela dedicação e contribuição para uma sociedade mais saudável.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou o Governo Lula, focando no escândalo envolvendo o Ex-Ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, acusado de assédio sexual e moral. Destacou a demissão do Ministro como insuficiente para resolver o problema, mencionando que desde o início do Governo já havia denúncias de assédio moral e que as autoridades competentes, incluindo o Presidente Lula, não tomaram providências adequadas. Criticou também a gestão ineficiente de outros Ministérios, como o de Povos Indígenas e o do Meio Ambiente, sugerindo que o Governo é desorganizado e ineficaz, com decisões importantes sendo influenciadas pela Primeira-Dama.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado celebrou a importância das Paraolimpíadas, destacando o papel do evento como símbolo de superação, inclusão e resiliência. Mencionou a tradição do Brasil no esporte paraolímpico e os resultados expressivos da delegação brasileira nas Paraolimpíadas de Paris, com 89 medalhas conquistadas. Ressaltou a necessidade de mais apoio governamental, como o fortalecimento da Bolsa-Atleta, e enfatizou a importância de investir no esporte paraolímpico pelos seus impactos positivos em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 165.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/09/2024

saúde, educação e inclusão social. Também frisou a importância de garantir a acessibilidade e o cumprimento do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Concluiu defendendo políticas públicas que valorizem e incentivem os atletas paraolímpicos, reconhecendo-os como exemplos de superação.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado celebrou os 412 anos de São Luís (MA), destacando sua rica história e cultura. Enfatizou os avanços da cidade sob a gestão do Governador Carlos Brandão, com melhorias em saúde, educação e infraestrutura, além do apoio do Governo Federal, liderado por Lula, que tem contribuído para o desenvolvimento da cidade e do Estado. Ressaltou o impacto positivo de investimentos em áreas como habitação, mobilidade urbana, saúde e educação. Concluiu reforçando o compromisso com o progresso de São Luís e parabenizando os ludovicenses pelo aniversário da cidade.

Tião Medeiros (PP - PR) - O Deputado relatou sua participação como mediador em um painel sobre o marco legal portuário no Brasil, organizado pela Comissão Especial para revisão da legislação portuária. Destacou a importância do evento, coordenado pelo Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Douglas Alencar Rodrigues, que contou com a colaboração de três Subcomissões focadas em temas como atividade portuária, simplificação regulatória e relações de trabalho no setor. Por fim, enfatizou a relevância desse debate para modernizar o setor portuário e impulsionar o agronegócio.

Rubens Otoni (PT - GO) - O Deputado defendeu a importância do uso da bicicleta como meio de transporte sustentável e ferramenta para combater a crise climática. Citou a Política Nacional de Mobilidade Urbana e ressaltou a necessidade de reduzir a poluição nas cidades, promovendo o uso de bicicletas. Destacou eventos como o 13º Fórum Mundial de Bicicleta e o 11º Bicultura, além de iniciativas em Niterói (RJ), que investe em infraestrutura ciclovária e programas para estimular o uso da bicicleta. Por fim, conclamou o Parlamento a apoiar pautas que incentivem a mobilidade sustentável e a segurança dos ciclistas.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado destacou o alerta da Secretária-Geral do Itamaraty, Embaixadora Maria Laura da Rocha, sobre o risco de inadimplência do Governo em relação aos pagamentos de aluguéis de embaixadas e consulados no exterior. Mencionou que o Itamaraty enfrenta um déficit financeiro significativo, e que a Embaixadora teria requisitado R\$ 201,3 milhões para o funcionamento do Ministério das Relações Exteriores, para cobrir despesas essenciais, e os custos da viagem presidencial à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado expressou solidariedade às famílias das 62 vítimas do acidente aéreo em Vinhedo (SP). Destacou as investigações sobre possíveis causas, como condições climáticas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 165.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/09/2024

e falhas no motor, mas ressaltou que nenhuma explicação técnica pode aliviar a dor das perdas. Enfatizou a importância de união e apoio às famílias enlutadas, lembrando a fragilidade da vida e a necessidade de valorizar cada momento ao lado de quem amamos.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado destacou a celebração do Dia da Independência do Brasil e a importância de refletir sobre a situação atual do País, mencionando a desconfiança nas instituições e abusos de poder. Defendeu o equilíbrio entre os três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) para proteger a democracia e fez um apelo à união pela liberdade e pelo respeito às instituições, colocando os interesses do País em primeiro lugar.

ENCERRAMENTO